

Aumento de Impostos contra desigualdade

Pesquisa revela que maioria é a favor de aumentar a tributação para financiar políticas sociais no País

O apoio mais que dobrou desde 2017, saltando de 24% dos brasileiros para 56%. Nove em cada dez acham que reduzir a desigualdade deveria ser a prioridade do governo; e a maioria (68%) acredita que atacar a questão é fundamental para o desenvolvimento.

A pesquisa Datafolha/Oxfam revela que um percentual ainda maior de brasileiros (84%) apoia tributar principalmente os mais ricos para financiar políticas sociais.

As pessoas com renda acima de cinco salários mínimos, ou R\$ 5.500, são as menos favoráveis a isso. Entre eles, a adesão à ideia é de apenas 35%. Entre os que ganham até um salário mínimo (R\$ 1.100) e que, em tese, po-

Nove em cada dez acham que reduzir a desigualdade deveria ser a prioridade do governo

deriam ser beneficiados pelos programas, o apoio vai a 61%.

Com a taxa de pobreza no Brasil no maior patamar em cerca de 15 anos devido à pandemia da Covid-19, o Congresso vem pressionando o governo Jair Bolsonaro (sem partido) a encontrar fontes para financiar um programa de distribuição de renda mais robusto; ou reforçar o

Bolsa Família.

A taxa de pobreza no Brasil, considerando quem vive com menos de R\$ 246 ao mês (R\$ 8 ao dia), subiu de 11% em 2019 para 16% no primeiro trimestre deste ano. Os brasileiros na miséria passaram de 24 milhões para 35 milhões, segundo dados da FGV Social.

Em 2020, o pagamento do auxílio emergencial mostrou como programas desse tipo têm impacto imediato: em agosto, no auge do pagamento do benefício mensal de R\$ 600, a taxa de miseráveis caiu para 4,6% (10,1 milhões de pessoas), a menor da série histórica.

Entre abril e julho deste ano, enquanto estiver sendo pago o novo auxílio médio

de R\$ 250, a pobreza extrema deve recuar dos 16% do primeiro trimestre para 13% (28 milhões de pessoas).

A partir de agosto, a tendência é que a taxa volte a subir se a economia não reagir, principalmente para os trabalhadores na informalidade – cujas vagas, dependendo da ocupação, encolheram até 20% em 2020.

Segundo cálculos do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) na FEA/USP, cada R\$ 100 redistribuídos do 1% mais rico no Brasil para os 30% mais pobres podem gerar uma expansão na renda agregada de R\$ 106,70, acelerando o consumo e o crescimento.



MAIS CONTEÚDO ACESSE
www.oestadoce.com.br